



Previsões irreais no novo mapa de tribunais

Proposta de reorganização dos tribunais faz estimativas com base em números errados, alertam magistrados e funcionários

Ana Paula Azevedo
paula.azevedo@sol.pt

A MINISTRA da Justiça, Paula Teixeira da Cruz, começa hoje a discutir com os juizes a reorganização dos tribunais e o novo mapa judiciário – a reforma que mais polémica e discussão irá dar nos próximos anos na Justiça.

«O modelo proposto tem aspectos positivos – como a especialização dos tribunais e o modelo de gestão das comarcas –, mas pode e dever ser melhorado. Há aqui números subdimensionados, e até erros, em termos de juizes e funcionários», diz António Martins, presidente da Associação Sindical dos Juizes Portugueses (ASJP).

Em cima da mesa está o projecto elaborado pelo Ministério da Justiça, apresentado para discussão pública esta semana, com o qual Paula Teixeira da Cruz pretende substituir o mapa judiciário do anterior Governo. Mas tanto os magistrados como os funcionários judiciais dizem que o projecto baseia-se em estimativas e «números irreais», quanto ao volume de processos

e de recursos humanos. Desta vez, porém, além dos agentes do sector, o Governo terá ainda de enfrentar os autarcas: há 47 tribunais, todos no interior e nas Ilhas, que desaparecerão segundo os critérios propostos (menos de 250 processos/ano e a menos de uma hora do

Novo mapa

20 comarcas
Cada distrito será uma comarca (mapa do Governo PS era de 39, baseado nas NUT)

Instâncias centrais e instâncias locais
A sede do distrito será a Instância Central (para os processos mais complexos) e terá secções especializadas. Nos concelhos haverá Instâncias Locais de competência genérica

Gestão própria
Cada comarca tem orçamento e quadro de pessoal, sendo presidida por um juiz. Magistrados e funcionários prestam serviço em qualquer ponto do distrito, consoante as necessidades

Extinção
Tribunais com menos de 250 processos/ano fecham

tribunal mais próximo). Os cálculos foram feitos com base no volume processual esperado após a reorganização. E, contrariando o que se verifica actualmente – graves carências de magistrados e de funcionários, sobretudo nos grandes centros urbanos –, concluiu-se que haverá um excedente de 300 juizes, 80 procuradores e 400 funcionários. Estes, propõe-se, serão integrados em «equipas de recuperação», para despachar os milhares e milhares de processos acumulados nalguns serviços.

«Há inúmeros casos em que se aponta como número adequado de juizes metade dos que hoje lá estão. E em Lisboa, apesar do aumento da população, diminuem-se os quadros», diz Rui Cardoso, secretário-geral do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público (SMMP).

Outro aspecto que está a causar desagrado é a mobilidade dentro das novas comarcas. Os funcionários e magistrados podem ser enviados para qualquer concelho para despachar processos, consoante as necessidades (uma proposta que a procuradora Maria José

Os 47 tribunais a extinguir

Distritos	Tribunais / Juzos a Extinguir	Movimento Processual a)	Tribunal Destino	Distância (Km)
Açores	Nordeste	155	Povoação	21
Aveiro	Castelo de Paiva	219	Arouca	27
	Sever do Vouga	193	Albergaria-a-velha	20
Beja	Almodôvar	197	Mértola	41
Braga	Cabeciras de Basto	238	Ceborico de Basto	23
Bragança	Alfândega da Fé	142	Torre de Moncorvo	35
	Carrazêda de Ansiães	164	Vila Flor	18
	Vimioso	123	Miranda do Douro	28
	Vinhais	151	Bragança	31
Castelo Branco	Oleiros	119	Sertã	28
	Penamacor	154	Idanha-a-Nova	32
Coimbra	Mira	210	Cantanhede	17
	Pampilhosa da Serra	44	Arganil	54
	Penacova	242	Coimbra	27
	Penela	86	Condeixa-a-Nova	15
	Soure	226	Montemor-o-Velho	18
	Tábua	246	Oliveira do Hospital	27
Évora	Arralolos	204	Montemor-o-Novo	23
	Portel	108	Reguengos de Monsaraz	47
Faro	Monchique	80	Silves	29
	Figueira de Castelo R.	227	Vila Nova de Foz Côa	37
Guarda	Fornos de Algodres	157	Ceborico da Beira	17
	Meda	166	Trancoso	31
	Sabugal	208	Guarda	32
Leiria	Alvalázere	121	Figueiró dos Vinhos	30
	Ansião	233	Figueiró dos Vinhos	24
	Bombarral	172	Caldas da Rainha	21
Lisboa	Cadaval	161	Torres Vedras	32
Madeira	São Vicente	122	Ponta do Sol	22
Portalegre	Avis	267	Fronteira	25
	Castelo de Vide	191	Nisa	28
Santarém	Alcanena	220	Torres Nova	16
	Ferreira do Zêzere	152	Tomar	26
	Mação	100	Abrantes	25
Setúbal	Sines	201	Santiago do Cacém (FM)	19
		514	Setúbal (TB)	124
Viana do Castelo	Melgaço	227	Monção	24
	Paredes de Coura	223	Vila Nova de Cerveira	26
Vila Real	Boticas	92	Chaves	23
	Mesão Frio	104	Peso da Régua	14
	Murça	85	Alijó	22
	Sabrosa	101	Vila Real	26
Viseu	Armamar	135	Moimenta da Beira	23
	Castro Daire	170	São Pedro do Sul	25
	Nelas	217	Mangualde	13
	Oliveira de Frades	210	Vouzela	8
	Resende	151	Cinfães	24
	Tabuaco	114	São João da Pesqueira	31

Morgado já comentou de forma caricatural, dizendo que passará a haver «magistrados itinerantes» e «de lancheira».

Esta mobilidade tem de ser bem pensada, pois «pode ser inconstitucional», alert

ta Rui Cardoso. O magistrado considera positiva a preocupação em racionalizar meios e até a ideia de extinguir tribunais, mas critica a «falta de preocupação com o efectivo acesso das populações aos tribunais». E diz

que falta no projecto «uma visão sobre a organização específica do MP, bem como um tratamento específico das comarcas de Lisboa e Porto», de dimensão e características muito diferentes do resto do país.